

Cytotec na mídia Um desserviço ao debate

No último dia 14, uma matéria do *Jornal do Brasil* chamou a atenção relatando a existência na internet de comunidades do *Orkut* através das quais é vendido o *Cytotec*. Com a manchete “A um clique do aborto clandestino” e em tom de denúncia, o artigo descreve como funciona uma dessas comunidades e como é fácil o acesso ao medicamento, negociado por email ou MSN a dosagens e preços altos. Não fosse pela abordagem descuidada, superficial e tendenciosa, o jornal teria prestado um grande serviço à população, trazendo para o debate dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil informações mais precisas sobre o medicamento e levantando as verdadeiras implicações por trás das restrições à sua comercialização e uso no país.

Seguindo a prática mais comum na grande imprensa, o texto trata o aborto voluntário como crime e coloca o *Cytotec*, nome comercial do medicamento misoprostol, no mesmo lugar de qualquer droga abortiva ilegal, quando na verdade ele é resultado de extensa pesquisa e considerado um avanço da ciência para a medicina de ginecologia e obstetrícia. Seu uso é associado à redução da morbi-mortalidade materna e neonatal e aprovado pela OMS, pela Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, pela Federação Latino-Americana de Sociedades de Obstetrícia e Ginecologia (FLASOG) e pelo Ministério da Saúde. As evidências científicas a favor da utilização do misoprostol são inúmeras e o medicamento é o mais indicado para o processo de abortamento seguro.

O relatório do simpósio “O papel do misoprostol na prevenção da mortalidade e morbidade materna e neonatal”, realizado em outubro de 2008 na cidade de São Paulo, aponta que estudos desenvolvidos nos últimos dez anos confirmam: “mesmo em situações de clandestinidade, os abortos induzidos pelo misoprostol são mais seguros que os induzidos por outros procedimentos”. Destaca-se que “corretamente utilizado, em suas indicações obstétricas precisas, (...) tem um enorme potencial para reduzir complicações e mortes de mulheres, assim como o custo dessa atenção para o sistema de saúde”. O documento também deixa claro que o problema da ampliação do uso do misoprostol no Brasil tem cunho político.

Disso, a matéria do *Jornal do Brasil* não fala. Nem tampouco de que as restrições da ANVISA em relação ao *Cytotec* não condizem com as resoluções do Ministério da Saúde e são contraditórias, visto que a própria agência adicionou o misoprostol à sua Lista Modelo de Medicamentos Essenciais, mas não para de criar barreiras burocráticas para seu uso no SUS. A reportagem não faz conexão alguma entre a existência daquelas comunidades na internet, e o uso clandestino e indevido do medicamento, e as restrições aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, a falta de acesso à informação ou ao debate sobre o aborto no Brasil. De quebra, ainda que involuntariamente (ou não), dá subsídio para a criação da questionável CPI do Aborto.

Enquanto lemos as manchetes sobre a nova lei do aborto na Espanha, convergindo com as de vários países da União Européia e beneficiando as mulheres de lá, nossos jornais, salvo exceções, insistem na abordagem sensacionalista e discriminatória do assunto e acabam prestando um desserviço à população, principalmente à de baixa renda: ao invés de se promover um debate esclarecedor, com ampla difusão sobre tudo o que envolve a

COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO

questão do aborto no Brasil, em especial no que toca os direitos humanos, pouco se informa, pouco se questiona e muito se omite.